

RELATO CRÍTICO

do

Seminário UrbanSus

Morar nas Ruas de São Paulo durante a Pandemia de Covid-19:

Vivências, Intervenções, Pesquisas

Local: São Paulo (Online), Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo

Datas e horários: 10.11, 26.11 e 07.12.2020 entre 14 e 16h

Fraya Frehse

[<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/fraya-frehse>](http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/fraya-frehse)

Luiz Kohara

[<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoal/luiz-tokuzi-kohara>](http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoal/luiz-tokuzi-kohara)

Carmen Santana

[<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/carmen-lucia-albuquerque-de-santana>](http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/carmen-lucia-albuquerque-de-santana)

Maria Antonieta da Costa Vieira

[<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/maria-antonieta-da-costa-vieira>](http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/maria-antonieta-da-costa-vieira)

São Paulo, novembro-dezembro de 2020

SUMÁRIO

Apresentação.....	2
Relato sobre a Sessão 1 (“Vivências”) – 10 de novembro de 2020.....	6
Relato sobre a Sessão 2 (“Intervenções”) – 26 de novembro de 2020.....	10
Relato sobre a Sessão 3 (“Pesquisas”) – 7 de dezembro de 2020.....	19



SMUS

APRESENTAÇÃO

Autoria: Fraya Frehse

O Seminário UrbanSus a que este relato se refere integra as ações do Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS), o Centro Global de Métodos Espaciais para a Sustentabilidade Urbana, que coordeno na Universidade de São Paulo (USP) e que, criado em 2020 sob os auspícios do Serviço Alemão de Intercâmbio (DAAD), é produto de um amplo projeto de intercâmbio científico e acadêmico internacional entre a Universidade Técnica de Berlim e 47 universidades de 7 regiões do chamado Sul Global, da Ásia à América Latina (<<https://gcsmus.org>>). A proposta do GCSMUS é identificar como métodos de pesquisa empírica das ciências sociais sensíveis à dimensão social e relacional do espaço podem contribuir para o enfrentamento de desafios concretos relativos à Agenda 2030 da ONU, em prol da sustentabilidade urbana (<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>).

Para tanto, o GCSMUS, em particular o Dr. Ignacio Castillo Ulloa – um dos convidados a abrir o Seminário UrbanSus – e eu – coordenadora do evento –, optamos por mergulhar em uma dimensão específica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º. 11: “Tornar os espaços públicos urbanos mais inclusivos, mais seguros, mais resilientes e sustentáveis” (<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>) – notadamente nestes tempos de pandemia. E é aí que ganha particular relevância socioespacial a chamada *homelessness*, o morar nas ruas das cidades dos quatro cantos do mundo. Trata-se daquilo que venho chamando de padrão de *uso corporal* dos espaços públicos urbanos (Frehse, 2016), mas um padrão específico, relativo à permanência física regular de seres humanos nas ruas, praças e demais lugares públicos das cidades para fins de pernoite e, assim, de moradia (a etimologia do termo “morar” vem de demorar-se, permanecer fisicamente com regularidade em algum lugar). Já no Brasil falta um substantivo próprio para a dimensão socioespacial do fenômeno implícita no termo *homelessness*. O fenômeno é associado mais a seus/suas protagonistas: atualmente, à chamada população “em situação” de rua ou, suscinta e afetivamente, “PopRua”; mais de uma década atrás sobretudo à “população de rua”, enquanto os/as próprios/as protagonistas da prática se autodenominam “moradores/as de rua”.

O que tornaria esse fenômeno de interesse para um centro de pesquisa e extensão universitária que, como o GCSMUS, pretende colocar os métodos espaciais



das ciências sociais e espaciais (isto é, da antropologia e sociologia à arquitetura e ao urbanismo, passando pela geografia) a serviço do ODS nº. 11 da Agenda 2030? Precisamente o fato de o fenômeno ser de natureza socioespacial e indissociável das desigualdades sociais que desembocam nos espaços públicos urbanos privilegiados pela Agenda: locais de acesso legal irrestrito marcados por exclusão, insegurança e vulnerabilidade sociais, além de serem ambiental, social e economicamente insustentáveis (Kim & Kwon, 2018). O morar nas ruas é característica socioespacial própria de uma sociedade urbana que se produz e reproduz pelos quatro cantos do mundo por meio, entre outros, justamente desse fenômeno. Por mais dilemas sociais, sanitários e culturais que acarrete para as cidades, ele é parte integrante do modo como as cidades se produzem e reproduzem espacialmente dia a dia desde sobretudo a década de 1970. Foi a partir de então que o morar nas ruas se tornou objeto de pesquisa científica e de políticas públicas - primeiramente nos Estados Unidos e, depois, na Inglaterra e na Europa continental (Frehse, 2021, p.48) -, embora tenha se transformado em fenômeno global em particular desde os anos 2000, na esteira da expansão planetária de políticas urbanas neoliberais.

O fato de estarmos diante de um traço socioespacial próprio desse “modo de produção do espaço” – como bem sintetizou o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre em seu *La production de l'espace*, de 1974 – explica, de um lado, porque é infrutífero debater soluções circunscritas e pontuais para o morar nas ruas. Como ressalta o autor, “mudar a sociedade” depende da produção de um novo espaço, pois é através deste que a sociedade se produz e reproduz (Lefebvre, 2000, p.72).

De outro lado, a natureza socioespacial do morar nas ruas evidencia a sua dramaticidade social. Sobretudo em cidades socialmente tão desiguais quanto São Paulo durante a atual pandemia. Ali o aumento de homens, mulheres e, principalmente, famílias nas ruas é visualmente flagrante - embora ainda faltem estudos específicos sobre o período prévio ao momento do Seminário UrbanSus. Até novembro de 2020 só o que havia à disposição era o censo sobre a população em situação de rua de 2019. E este apontava, por referência a outubro desse ano, que cerca de 24 mil pessoas teriam pernoitado nas ruas sobretudo das áreas centrais (Sé, República e Mooca) (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626). O número já não era realista,



SMUS

segundo os próprios movimentos e organizações dedicadas ao trabalho com esse fenômeno.

É aí que ganha sentido perguntar como os métodos espaciais podem contribuir, de algum modo, para uma apreensão qualitativamente mais fidedigna do fenômeno e assim, indiretamente, para tornar menos penoso o cotidiano da população em situação de rua em São Paulo. Em busca de respostas, nada como congregar ângulos diferentes de apreensão desse mesmo cotidiano de quem mora nas ruas durante a pandemia: olhares de quem mora ou já morou ali; de quem, embora sem trajetória de rua, trabalha cotidianamente com essa população em prol de seu bem-estar; e de quem, na Universidade, vem pesquisando cientificamente o cotidiano desses homens, mulheres e crianças.

Foi dessas reflexões que brotou a proposta do Seminário aqui em foco, que o Centro de Síntese USP Cidades Globais prontamente decidiu abrigar como um de seus eventos principais, o UrbanSus. Organizadas pelo GCSMUS em colaboração com o Centro de Síntese USP-Cidades Globais” do IEA-USP, as três sessões do evento pretenderam reunir olhares socialmente diversificados em torno de uma mesma questão: *Como é o cotidiano de homens, mulheres e crianças para os quais as ruas de São Paulo têm sido lugares de moradia, durante a pandemia de Covid-19? Os/as expositores/as e debatedores/as contam com trajetórias de vida marcadas, respectivamente, pelo pernoitar mais ou menos regular nas ruas, pelo trabalho profissional com/sobre a chamada população em situação de rua, e por pesquisarem cientificamente acerca de quem vive nos espaços públicos da cidade. Congregando ângulos sociais tão distintos de apreensão e reflexão a respeito desse fenômeno socioespacial, a proposta do Seminário UrbanSus em questão foi implementar na USP um espaço de trocas metodológicas cruzadas entre teoria e empiria, vivência e intervenção, conhecimento e prática em torno do assunto.*

É dos conteúdos ali compartilhados que tratam as seguintes três seções deste relato. Para fins comunicativos, cada uma é introduzida, respectivamente, pelo link de acesso à gravação digital, por sua ementa e a programação das exposições. A expectativa é, assim, oferecer ao leitor/à leitora uma visão sintética por escrito do andamento de cada uma das três sessões do Seminário UrbanSus.



Aproveito a oportunidade deste relato para reiterar, também por escrito, aos professores Marcos Buckeridge, Marcelo Nery e às funcionárias Sandra Sadini e Fernanda Rezende, do IEA-USP, a minha gratidão pelo apoio incondicional e pela prontidão com que se devotaram à realização do Seminário UrbanSus.

Sou grata também aos colegas Luiz Kohara, Carmen Santana e Maria Antonieta da Costa Vieira pela boa vontade na elaboração dos relatos relativos a cada uma das sessões do evento.

Referências

FREHSE, F. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 129-158, 2016, <<https://doi.org/10.1590/2238-38752016v6i1>>

FREHSE, F. The Historicity of the Refiguration of Spaces under the Scrutiny of the Pre-Covid São Paulo Homeless Pedestrians. In: MILLION, A.; HAID, C.; CASTILLO ULLOA, I.; BAUR, N. (Org.) *Spatial Transformations: Kaleidoscopic perspectives on the refiguration of space*. Oxford: Routledge, pp. 46-59, <<https://doi.org/10.4324/9781003036159>>.

KIM, S.; KWON, Hyun-ah. Urban sustainability through public architecture. *Sustainability*, v. 10, p.1-21, 2018., <[doi:10.3390/su10041249](https://doi.org/10.3390/su10041249)>.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*, 2.ed. Paris: Anthropos, 2000.



SMUS

1. RELATO SOBRE A SESSÃO 1 (“VIVÊNCIAS”) –10 DE NOVEMBRO DE 2020

Autoria: Luiz Kohara

Edição: Fraya Frehse [FF]

Link do evento: <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-vivencias>>

Link do vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=2oS8eIKcuDI&t=993s>>

Ementa:

Que dilemas e surpresas abriga o cotidiano de homens, mulheres e famílias que passam seus dias, quando não também suas noites nas ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19?

Programação:

Abertura

Guilherme Ary Plonski (Diretor IEA-USP)

Marcos Buckeridge (Coordenador do Centro de Síntese USP-Cidades Globais – IEA-USP)

Fraya Frehse (GCSMUS-USP-TU Berlin/USP-Cidades Globais)

Ignacio Castillo Ulloa (GCSMUS-TU Berlin)

Exposições

Robson Mendonça (Coordenador do Movimento Estadual da População de Rua)

Eliana Toscano de Araújo (Funcionária comissionada da Secretaria Municipal de Direitos Humanos – Prefeitura Municipal de São Paulo [PMSP])

Vídeo: “A rua de máscara (São Paulo, 5 de novembro de 2020)” (34’36”) - <<https://www.youtube.com/watch?v=DDhrEFczyko>> [Direção: Fraya Frehse; Câmera: Marcus Repa; Edição: Fraya Frehse, Marcus Repa, Anna Flávia Hartmann]

Debate

Luiz Kohara (urbanista, secretário executivo do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)

Principais pontos da exposição de Robson Mendonça (<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoar/robson-mendonca>>):

Inicia destacando que “morremos aprendendo” e que as pessoas não estão em situação de rua, mas em “situação de calçada”.

Destaca que na realidade da rua há diferentes situações, como “trecheiros”, os “viajantes” entre outros, mas também há os que se “travestem” de PopRua para realizar pequenos delitos.

Seguem abaixo as citações do expositor que este relator julgou mais relevantes, para os fins do Seminário UrbanSus.



SMUS

- O censo deveria ser norteador das políticas públicas federais, estaduais e municipais; no entanto, as pessoas permanecem nos abrigos, nas calçadas por não terem acesso às políticas públicas.

- Ninguém gosta de morar nas calçadas, de não ter endereço para buscar emprego. É preciso ter a moradia primeiro.

- O capitalismo é cruel, faz com que a miséria torne uma indústria lucrativa.

- Temos a pandemia política, a pandemia da Covid 19 e a pandemia financeira.

- Em São Paulo, a situação para a população em situação de rua é cruel: a Prefeitura que doa cobertores é a mesma que os retira, através do serviço da zeladoria urbana.

- Fala-se em incluir a PopRua na sociedade, mas é a sociedade que não aceita a população em situação de rua, não vê a PopRua como seres humanos. Trata-os como se fossem seres de outro planeta.

- Há anos, fala-se em capacitar os profissionais que atendem a PopRua; mas o que eles precisam aprender é tratá-la como seres humanos.

- Fala-se em manter o distanciamento de uma pessoa em relação a outra, durante a pandemia. Mas a PopRua se aglomera, se ajunta, como forma de proteção, na rua. Como ficar em casa, para quem não tem casa? Para além dessa dificuldade, a Prefeitura ainda aparece e retira as barracas da PopRua...

- Fala-se na Agenda 2030, do Milênio, mas o atual presidente da república acha que com uma arma se resolve tudo.

- A polícia é discriminadora: trata diferentemente os “bandidos” nos bairros dos Jardins e na periferia.

- Aqui [local no qual Robson se encontra fisicamente e de onde participa do Seminário UrbanSus: a Quadra do Sindicato dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores em São Paulo - <<https://spbancarios.com.br>> -, na qual é atualmente distribuída alimentação para a PopRua durante a pandemia; FF] vem muita gente buscar comida: pessoas já antigas na situação de rua, pessoas vítimas da pandemia e que estão na rua, e pessoas que não têm dinheiro para alimentação. Quando surgiu a Covid 19, começamos a distribuir alimentação para 2 pessoas, depois para 20, depois para 50 pessoas, depois para 200 pessoas, e agora estamos distribuindo comida diariamente para 2200 pessoas.

- O que será o Natal “de verdade”, para essas pessoas que não podem comprar coisas? Cristo – o menino que nasceu em uma manjedoura porque não tinha casa e circulou em muitos lugares porque não tinha casa – foi “população em situação de rua”: não teve casa e foi rejeitado pela sociedade.

- Vamos olhar para a PopRua como seres humanos. Não é só de um prato de comida que ela precisa, mas de ser entendida como pessoas, e pessoas que precisam de atenção.



SMUS

- Os políticos falam que a PopRua não vota, mas vimos que 70% votaram, na última eleição.

- A PopRua ou pessoas que vivem nas calçadas precisam de oportunidade....

- A maior ferida é a rejeição da sociedade.

Principais pontos da exposição de Eliana Toscano de Araújo

(<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoae/eliana-toscano-de-araujo>>):

Seguem abaixo citações da expositora que este relator julgou importantes para os objetivos do Seminário UrbanSus:

- Só quem passa a situação de rua sabe o que é viver nas ruas. Saí da rua faz um ano e meio, pago aluguel; é uma luta contínua, para me manter.

- Ser mulher na situação de rua, em uma sociedade patriarcal e machista, é muito difícil, ainda mais quando se usa droga. Na sociedade há muita hipocrisia, preconceitos e mentiras sobre o que é socialmente aceito ou não: bebida pode, maconha não.

- Quando eu ia manguear [pedir esmola no semáforo; LK], as pessoas ficavam admiradas: "Você é branca e bonita, está nesta situação?!" Parece que eu tinha que ser preta, feia e desdentada, para estar ali.

- Mulher em situação de rua é vista como vagabunda.

- Tudo foi uma avalanche. Não gosto de dizer que sou vítima: não sou vítima, sofri violências do meu marido, já ajudava a PopRua na Praça Princesa Isabel [no centro de São Paulo; FF], ajudava a arrumar internações, medicações para o pessoal. Ficava na rua e voltava pra casa. Conheci o meu companheiro quando ele se encontrava em situação de rua. Acabei ficando na rua.

- Sempre fui uma pessoa muito forte; com a passagem pela rua fiquei ainda mais forte.

- A rua é muito difícil para mulheres, por exemplo, no que se refere à menstruação. Muitas vezes os donos dos bares não nos deixam usar os banheiros. A mim isso não era negado porque eu era bonita.

- Viver na rua é insalubre, solitário.

- O que a PopRua precisa hoje é de oportunidade, de ser respeitada.

- O maior desafio, quando se sai da rua, é o medo voltar novamente pra rua: é uma luta de todos os dias.

- Quando vejo um irmão em situação de rua, pergunto: Por que tive oportunidade e ele não?

- Na rua tem muitas pessoas com sabedoria e formação. Gosto muito da rua.

- Peço à sociedade que tenha respeito pela PopRua.

- Atualmente, muitos que saem do sistema carcerário vão direito para a rua. A rua acolhe a todos: na rua tem solidariedade, ali se distribuem comida, água, quando o outro precisa.



SMUS

- A pandemia veio mostrar que a PopRua são seres humanos, e que precisam de respeito.

Comentário final (autoria: *Fraya Frehse*):

Pródigo em registrar os trechos de impacto social mais amplo contidos nas exposições de dois influentes militantes da causa da população em situação de rua em São Paulo que contam, eles próprios, com trajetórias pessoais de moradia nas ruas, o relato acima evidencia que o dia a dia de quem mora ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19 é atravessado não apenas por urgências socioeconômicas, médico-sanitárias e de violência física. A rotina é constrangida também pela violência simbólica que impregna de modo silencioso, essencialmente corporal, os olhares, gestos e posturas de gente cuja relação com a rua é apenas transitória e fugaz. O relato evidencia indiretamente os pré-conceitos de transeuntes das ruas e praças da cidade, quando não também de passageiros e/ou motoristas cuja casa *não* é a rua. Isso para não mencionar palavras jogadas ao vento, comentários desabonadores lançados de passagem, mas em ritmo cotidiano.

As exposições de Mendonça e Toscano sugerem que morar nas ruas é também empenhar-se, muitas vezes sem saber, em sobreviver ao constrangimento constante de comportamentos corporais forjados no trânsito e na casa. Pois é imenso o risco de incorporar – tanto física quanto simbolicamente –, como se fossem próprios e “naturais”, os modos discriminatórios de sentir e pensar de quem, porque apenas passa apressado, desumaniza quem permanece dia a dia e/ou noite a noite nas ruas e praças.

O relato documenta, entre outros, a dramaticidade que esse desencontro de olhares traz não somente para a sobrevivência socioeconômica de quem mora nas ruas. O drama incide também sobre a sua sobrevivência, ou seja, sobre as possibilidades de uma vida humanamente digna e dotada de potencialidades emancipatórias.



SMUS

2. RELATO SOBRE A SESSÃO 2 (“INTERVENÇÕES”) –26 DE NOVEMBRO DE 2020

Autoria: Carmen Santana

Edição: Fraya Frehse [FF]

Link do evento: <http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-intervencoes>

Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=j2rOD6k0ty0&t=313s>

Ementa:

Como tem sido o cotidiano de quem se engaja profissionalmente em ações práticas de cuidado com a população em situação de rua na cidade de São Paulo em tempos de Covid-19?

Programação:

Abertura

Marcos Buckeridge (Coordenador do Centro de Síntese USP-Cidades Globais – IEA-USP)

Fraya Frehse (GCSMUS-USP-TU Berlin/USP-Cidades Globais)

Ignacio Castillo Ulloa (GCSMUS-TU Berlin)

Exposições

Luiz Kohara (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)

Mariza Rangon (Apoio – Associação de Auxílio Mútuo da Zona Leste)

Vídeo: “A rua de máscara (São Paulo, 5 de novembro de 2020)” (34’36”) de Fraya Frehse

Debate

Carmen Santana (médica psiquiatra, Unifesp-FMUSP/Rede PopRua)

Apresentação:

A segunda sessão do Seminário UrbanSus teve como foco o trabalho com a população em situação de rua (PopRua). A partir do relato de profissionais que atuam diretamente com a PopRua, o painel abrangeu apresentações sobre a dimensão dos direitos humanos, da assistência social e da saúde, diante da pandemia de Covid-19. Delineou-se um cenário complexo, que explorou diversas faces do problema, sugerindo possibilidades de aprimoramento das políticas públicas a partir da análise de experiências concretas.

Segundo a proposta de agregar perspectivas diferentes na experimentação do fenômeno da vida em situação de rua, e para dinamizar reflexões sobre o tema, o painel



também contou com a apresentação de um vídeo feito durante o período da pandemia, que trouxe o depoimento de uma mulher transgênero em situação rua.

Sobre as exposições de abertura:

Inicialmente Marcos Buckeridge deu as boas-vindas aos participantes, apresentou os expositores e a dinâmica das apresentações previstas para a segunda sessão.

A seguir a mediadora Fraya Frehse conceituou e contextualizou o “morar nas ruas das cidades”, comentando sobre alguns dos desafios metodológicos impostos pelo tema na atualidade:

- Como quantificar o aumento da população em situação de rua na cidade durante a pandemia?
- Como métodos de pesquisa das ciências sociais e, mais especificamente, os métodos espaciais poderiam contribuir para aliviar o sofrimento cotidiano da população em situação de rua nas cidades?

Seguiu, então, uma exposição mais delongada de Ignacio Castillo Ulloa (<<https://gcsmus.org/people/dr-ignacio-castillo-ulloa/>>). Na introdução, resumiu o marco conceitual do termo *homelessness*, sua origem etimológica e suas diferentes dimensões: ética, social, investigativa e espacial. Reforçou a necessidade de uma abordagem interdisciplinar do tema que seja capaz de enfrentar a tensão entre o acadêmico e o normativo. Alertou para o risco de se reduzir a discussão, ao se tratar apenas do aspecto instrumental da temática.

Entende o momento atual como relacionado a três pandemias: a sanitária, a política e a financeira. Enfatizou a necessidade de se humanizar o fenômeno da pesquisa/investigação sobre o tema, incorporando a dimensão psicológica à material, na compreensão dos significados relacionados à vida em situação de rua.

Na sequência, estabeleceu a discussão sobre como a noção ou ideia de espaço se conecta com diferentes correntes filosóficas. Essa reflexão nos permitiria ampliar a compreensão, a partir da noção pós-moderna de tempo e de futuro, acerca das repercussões da vida em situação de rua na saúde mental desses sujeitos, gerando sentimentos como incerteza, risco, imprevisibilidade.

O expositor apresentou também um resumo sobre como a definição do termo “espaço” vem se transformando, em atividades de pesquisa internacionais. Integrou



nesse quadro-síntese da matriz conceitual do espaço os princípios de organização espacial e outros componentes conceituais, tais como o tempo e o futuro. Reconheceu a dimensão transcendental do tema: existe algo que “transcende” as fronteiras e nos permite realizar uma investigação sobre a vida em situação de rua em Berlim e São Paulo, por exemplo. Mas, por outro lado, seria necessário entendermos o fenômeno dentro de condições espaço-temporais específicas, em uma realidade específica.

Concluiu a sua apresentação trazendo a importância do que chama de “sincretismo interpretativo”, que deveria integrar a perspectiva de vários atores (sociólogos, urbanistas, profissionais da ponta, acadêmicos, população em geral), na abordagem do tema. A ideia não é gerar uma solução por fórmulas; mas observar o que ocorre quando se implanta uma ação/intervenção na realidade empírica e, a partir daí, trabalhar em ciclos de “investigação – ação – reflexão”. Dessa forma, seria possível aprender com o que “não funcionou”, construindo um fluxo contínuo de aperfeiçoamento das ações decorrente da interação entre as dimensões acadêmica e prática.

Finalmente, adicionou à sua conclusão a importância da etapa de comunicação dos resultados da pesquisa tanto àqueles que concebem as políticas públicas quanto à comunidade em geral. Nesse processo, a ideia seria substituir a expectativa de que a pesquisa resulte em uma “solução absoluta para o problema” pela resposta viável de que a investigação colabore para uma mitigação progressiva do problema.

Articulando, conclusivamente, a fala de Castillo Ulloa com as exposições seguintes, a mediadora Fraya Frehse apontou que a mediação entre conhecimento, comunicação e intervenção em políticas públicas seria um desafio e dilema, para a Universidade.

Exposição de Luiz Kohara:

Inicialmente, reforçou a importância do tema, trazendo dados que ilustram como a situação de vulnerabilidade social relacionada à insegurança habitacional impactou de forma negativa os números de casos e mortes pela pandemia. A maior concentração de mortes e de contaminações ocorreu nos bairros periféricos (que concentram a maior pobreza) e em alguns distritos centrais (com alto número de pessoas vivendo em situação de rua, cortiços e ocupações ilegais).

Kohara descreveu uma vulnerabilidade ainda maior para as pessoas em situação de rua, na pandemia, devido ao fechamento de espaços que lhes teriam



fornecido alimentação anteriormente, e à restrição da circulação de pessoas pelas ruas. O cenário atual evidenciaria a situação de precariedade vivida por essas pessoas: ausência de banheiros públicos, ausência de locais para higiene pessoal, falta de acesso à água potável etc. A conjuntura teria evidenciado, também, a solidariedade de setores da sociedade que passaram a distribuir roupas e alimentos.

O expositor argumentou que as questões enfrentadas pela população em situação de rua (PopRua) são estruturais, marcadas por preconceito, discriminação, e decorrentes de uma lógica de mercado neoliberal que trata as pessoas como descartáveis. Indicou que a visão da área social seria de que são irrecuperáveis, e por isso mereceriam ser tutelados pelo Estado, em um contexto de programas assistencialistas e “etapistas”. No contexto urbano, o grupo seria tratado como indesejável, que deveria ser retirado dos locais públicos.

Kohara entende a moradia como ponto central a ser abordado pelas políticas públicas. Considera a moradia como direito fundamental para que outros direitos sejam acessados. Sem moradia não existe nem saúde nem tratamento de doenças; não existe educação; seria mais difícil construir vínculos e manter a estrutura familiar; não existe trabalho.

O expositor apresentou resultados de pesquisa realizada pelo Centro Gaspar Garcia e intitulada “Moradia como base estruturante para efetiva inserção social da população em situação de rua” (<http://gaspargarcia.org.br/ausencia-de-politicas-publicas-efetivas-para-populacao-de-rua/>; FF). O estudo foi realizado por meio de entrevistas com 52 pessoas que já estiveram em situação de rua nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador. Kohara aludiu a depoimentos que indicam os benefícios alcançados a partir do acesso à moradia. A partir dos resultados encontrados, criticou o mito de que a PopRua “não se acostuma” a moradia.

O expositor concluiu a sua apresentação apresentando implicações, para as políticas públicas, das pesquisas e experiências realizadas pelo Centro Gaspar Garcia:

- 1) A moradia deve ser o primeiro passo, como base estruturante para inserção de outras necessidades;
- 2) A moradia, na proposta de “Moradia Primeiro” (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro>); FF) não deve estar condicionada a etapas anteriores, como o tratamento da dependência química, por exemplo;



SMUS

- 3) A concepção de direito à moradia deve estar vinculada ao acesso a um serviço, e não à propriedade - como o que ocorre no campo dos serviços de saúde e educação. O direito à moradia não deve estar vinculado ao direito à propriedade, como na lógica mercadológica das tradicionais políticas habitacionais brasileiras;
- 4) O acesso à moradia deve ser norteado por princípios de equidade e justiça. Dessa forma, quem necessita de mais apoio deveria ter esse direito assegurado, contando com o suporte de setores como a Saúde e a Assistência Social pré- e pós-acesso à moradia;
- 5) O trabalho social deveria ser intersetorial e interdisciplinar, englobando as várias condições de vida a que as pessoas em situação de rua estão expostas;
- 6) A política de habitação para a população em situação de rua deveria se preocupar em não segregar, isolar em guetos ou pactuar com a chamada gentrificação;
- 7) Desafios: as instituições públicas não estão preparadas para a gestão social, patrimonial e condominial da diversidade de modelos de moradia;
- 8) As pessoas em situação de rua devem ser inseridas na discussão de uma política urbana intersetorial.

Comentário de Fraya Frehse:

Sintetizou a apresentação de Kohara como narrativa que parte de um quadro de preconceitos socialmente difusos sobre a população em situação de rua para chegar a um apanhado sistemático de aspectos considerados cruciais para as políticas públicas.

Exposição de Mariza Rangon (<<http://www.ica.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/mariza-rangon>>):

A expositora é psicóloga e profissional da Assistência Social que atua em um complexo de equipamentos sócio assistenciais pelos quais circulam aproximadamente 1500 pessoas por dia: o Complexo Boraceia (<<http://apoio-sp1.tempsite.ws/blog1.html>>; FF). Mais especificamente, a expositora trabalha no Centro de Acolhida Barra Funda 2 (<<https://www.facebook.com/CA-Barra-Funda-II-332562627402169/>>; FF), que atende a 400 homens adultos (entre 18 e 59 anos) dentro do Complexo.

Rangon iniciou a sua apresentação afirmando que a pandemia evidenciou a ausência de uma preocupação efetiva com “como” acolher e cuidar da população em



SMUS

situação de rua. A expositora apontou também a ausência de um olhar do poder público para quem trabalha com essa população.

Argumentou, ainda, que a mídia tratou o tema da pandemia voltando-se a pessoas que minimamente tinham moradia, condições de distanciar-se socialmente e de higienizar-se. Não teria havido menção a medidas preventivas específicas para pessoas em situação de rua, nem orientações sobre como realizar o atendimento de forma mais digna. Em um primeiro momento, teriam sido produzidas respostas ainda mais discriminatórias, como, por exemplo, um projeto de hospital específico para atender apenas a população em situação de rua.

Profissionais em seu campo de trabalho usariam máscaras, e receberiam doações para fornecer máscaras aos atendidos. Mas a rotatividade dos atendidos seria imensa, a demanda muito grande e o número de equipamentos de proteção individual (EPIs) insuficiente. Segundo Rangon, nenhum serviço está conseguindo dar conta do número de máscaras necessário, inclusive pela forma como têm que fazer uso das máscaras: não teriam condições de fazer a higienização adequada das máscaras de tecido. Em muitos casos, as máscaras se tornariam um meio de contaminação.

Em sua fala, Rangon reforçou que as políticas públicas muitas vezes promovem mecanismos que perpetuam a exclusão social. Relatou, por meio de vários exemplos, que a falta de acesso à moradia dificulta também o acesso ao trabalho, inviabilizando a autonomia da pessoa atendida. Ademais, lançou luz sobre a dimensão imaterial da moradia como aspecto essencial à construção de uma nova identidade e à produção de um senso de pertencimento. A expositora inseriu também a dificuldade com a mobilidade urbana no rol de barreiras de acesso ao trabalho, para pessoas em situação de rua.

Descreveu, ainda, o dia a dia no trabalho como um cotidiano de luta e discriminação. Os trabalhadores tentariam burlar barreiras legais para construir caminhos para que a população em situação de rua alcançasse alguma dignidade, nos atendimentos.

Apontou, na sequência, para mudanças havidas na dinâmica dos serviços oferecidos pela assistência social, com a pandemia:

- foi reduzido o número de pessoas atendidas em alguns serviços;



SMUS

- foi reduzido o número de pessoas participantes das atividades, no âmbito dos serviços: por exemplo grupos educativos foram suspensos, para que se evitassem aglomerações;
- foi extinta a modalidade de vaga na qual o acolhido só poderia permanecer durante no máximo 16 horas no equipamento social (ou seja: entrando às 16h e saindo às 6h da manhã seguinte). Todas as vagas oferecidas pelo serviço, no período de pandemia, passaram a abranger 24h. Dessa maneira, os usuários dos serviços passaram a ter acesso livre ao equipamento durante o dia.

A expositora descreveu o trabalho, no campo da Assistência Social, às pessoas em situação de rua como muito dinâmico, cheio de surpresas; imprevisível.

Os acolhidos dificilmente buscariam ou aceitariam o contato com familiares em função de dificuldades prévias e laços rompidos.

Como ganho obtido no período de pandemia, Rangon aludiu à parceria institucional efetivada por meio do Projeto “A Cor da Rua”, que une a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Faculdade de Medicina da USP a ONGs de saúde e de assistência social, movimentos sociais e pessoas em população de rua, visando ao atendimento em saúde mental no Centro de Acolhida Barra Funda 2 (<<https://dccunifesp.com/extensao/central-de-extensao/acordarua/>>; FF). O projeto envolve atendimentos semanais em saúde mental e reuniões mensais de capacitação, para os profissionais daquele equipamento. Segundo Rangon, o principal benefício dos atendimentos, no âmbito do projeto, seria a presença constante de uma escuta profissional qualificada, direcionada às questões de saúde mental. Isso promoveria, nos trabalhadores e usuários de serviço, a sensação de que “tem alguém olhando pra mim”.

Apresentação de vídeo:

Seguiu-se à apresentação de Rangon a exposição da parte 1 do vídeo “A rua de máscara (São Paulo, 5 de novembro de 2020)”, de Fraya Frehse, com câmera de Marcus Repa, e edição de Marcus Repa e Anna Flávia Hartmann (<<https://www.youtube.com/watch?v=DDhrEFczyko>>).

Comentários da debatedora e relatora Carmen Santana sobre as exposições:



SMUS

Como médica psiquiatra e coordenadora do projeto “A Cor da Rua”, esta relatora apresentou o conceito de saúde com o qual trabalha, e que se fundamenta na perspectiva dos direitos humanos. A visão dos direitos humanos sobre a saúde abrange dois elementos essenciais:

- intersectorialidade;
- participação social.

A seguir esta relatora discorreu sobre a metodologia de trabalho do projeto, a “community-based participatory research” (CBPR) ou “pesquisa participativa baseada na comunidade”.

Defendeu, na sequência, a necessidade de desenvolvimento de tecnologias sociais para a efetivação de uma prática de trabalho intersectorial. Afinal, não bastaria colocar equipamentos sócio assistenciais em proximidade espacial aos equipamentos da saúde, para que a intersectorialidade ocorresse. Haveria a necessidade de se integrar a participação social nas políticas públicas e na construção de projetos terapêuticos singulares.

Descrevendo os ciclos de investigação–ação do projeto nos últimos anos, e que resultaram nas práticas de educação permanente dos trabalhadores e das pessoas em situação de rua durante a pandemia, esta relatora enfatizou a necessidade de cuidado à saúde mental dos trabalhadores que atuam com esta população. Prevaleceria um descaso do poder público quanto a esse aspecto do trabalho em saúde.

Já a moradia e a segurança alimentar seriam estruturantes de um cuidado efetivo em saúde. De fato, atualmente a escassez de recursos, a incerteza quanto à próxima refeição e ao local de pernoite constituem barreiras ao estabelecimento de um cuidado efetivo.

A pandemia resultou na aglomeração da população em centros de acolhida carentes de recursos, além do confinamento de centenas de pessoas estranhas entre si em espaços de higiene precária e mal ventilados. É a solidão e a sensação de isolamento, quando se convive nos espaços lotados dos equipamentos socioassistenciais.

A atenção psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas também ficou bastante prejudicada, durante a pandemia. A oferta de drogas diminuiu, e, neste contexto, como trabalhar a redução de danos, em espaços de confinamento e aglomeração?



SMUS

Esta relatora concluiu a sua apresentação citando exemplos práticos que denotam os desafios do cuidado no âmbito da saúde, no cenário da pandemia:

- A implantação de banheiros químicos, chuveiros para banho e pias para a lavagem de mãos em espaços públicos são ganhos para a saúde da população em situação de rua;
- Equipes de atenção primária específica para a população em situação de rua (os chamados consultórios na rua - <https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>; FF) são uma política pública eficiente de atenção à saúde, especialmente na pandemia. Já a falta de informação sobre os atendimentos nos outros níveis de atenção (hospitais, prontos-socorros e pronto-atendimentos) merece ser criticada;
- Reforçando o posicionamento de Rangon, haveria um potencial de maior exclusão, na criação de um hospital específico para pessoas em situação de rua; esse tipo de projeto seria inadequado para uma política em prol de um cuidado emancipatório e inclusivo.

Por fim, esta relatora reforçou a importância do trabalho dos consultórios na rua: ele permitiria evitar que a população em situação de rua fosse dizimada pela pandemia.

Comentário da mediadora Fraya Fehse:

Abriu o debate às participações *online*, agradecendo pelas contribuições dos participantes da sessão e pontuando dois elementos comuns às apresentações do dia:

- a importância da intersetorialidade;
- a necessidade de se desmontarem preconceitos e concepções sociais sobre a população em situação de rua.

Ressaltou conclusivamente a necessidade de alargarmos o conceito de supostas oportunidades para a população em situação de rua (retomando o conceito de pobreza apresentado por Luiz Kohara em sua exposição), à medida que seria necessário considerar a heterogeneidade dos sujeitos que estão em situação de rua.



SMUS

3. RELATO SOBRE A SESSÃO 3 (“PESQUISAS”) – 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoria: Maria Antonieta da Costa Vieira

Edição: Fraya Frehse [FF]

Link do evento: : <http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-pesquisas>

Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=3l_PQLtaCsU&t=15s

Ementa:

Que conhecimento científico vem à tona quando pesquisadores de pós-graduação das áreas da saúde, das ciências sociais e da arquitetura e do urbanismo se juntam para compartilhar resultados investigativos de seu trabalho de campo com a população em situação de rua no centro de São Paulo durante o mês de novembro de 2020?

Programação:

Abertura

Ignacio Castillo Ulloa (GCSMUS-TU Berlin)

Marcos Buckeridge (Coordenador do Centro de Síntese USP-Cidades Globais – IEA-USP)

Fraya Frehse (GCSMUS-USP-TU Berlin/USP-Cidades Globais)

Exposições

Padre Julio Lancelotti (coordenador da Pastoral do Vicariato Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua)

Ana Carolina Gil (doutoranda da PUC-SP/Estagiária GCSMUS)

Anna Carolina Martins (doutoranda da Unifesp/Estagiária GCSMUS)

Caio Moraes Reis (doutorando da USP/Estagiário GCSMUS)

Ednan Santos (doutorando da UFABC/Estagiário GCSMUS)

Giovanna Bernardino (doutoranda da UFABC/Estagiária GCSMUS)

Giulia Patitucci (mestranda da SMDH-PMSP/Estagiária GCSMUS)

Paula Rochlitz Quintão (mestre da Rede PopRua/Estagiária GCSMUS)

Tales Siqueira Cunha (doutorando da USP/Estagiário GCSMUS)

Debate

Maria Antonieta da Costa Vieira (antropóloga, membro da Rede Brasileira de Pesquisadores da População em Situação de Rua e da diretoria da Organização do Auxílio Fraternal, assessora da Pastoral Nacional do Povo da Rua/Rede PopRua)

Apresentação:



SMUS

Este relato remete à terceira sessão do Seminário UrbanSus, que teve como ângulo a apresentação das pesquisas científicas recentes em andamento sobre o tema, desenvolvidas por oito alunos de pós-graduação sob a coordenação da Professora Fraya Frehse, que estão realizando um estágio de capacitação financiado pelo GCSMUS (de novembro de 2020 a janeiro de 2021).

O estágio teve como objetivo realizar uma capacitação para coleta de dados qualitativos relativos aos espaços e tempos em que transcorre o cotidiano da população em situação de rua em São Paulo durante a pandemia de Covid-19. A perspectiva é contribuir para um desenvolvimento urbano baseado em evidências empíricas localizadas.

Ainda no âmbito das exposições de abertura, Ignacio Castillo Ulloa propôs, como questão de fundo do Seminário UrbanSus, a seguinte pergunta: *São compatíveis a sustentabilidade urbana e a situação de rua?* Retomou a articulação das sessões anteriores, que procuraram refletir sobre o que há por trás da questão da população em situação de rua. Enquanto a primeira sessão abordou as vivências das pessoas em situação de rua, na segunda foram ouvidos os que trabalham atendendo essas pessoas, no dia a dia. Já a terceira sessão se abre para questões mais gerais, sendo as principais: *De que forma é possível aproximar a academia e o mundo da prática, e como pensar a situação de rua espacialmente - uma questão urbana que não se restringe à cidade de São Paulo, mas que possui uma dimensão global?*

Foi introduzido nessa terceira sessão o depoimento do Padre Julio Lancelotti.

Exposição de Julio Lancelotti (<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaaj/julio-lancelotti>>):

O Padre Julio Lancelotti é sacerdote católico, formado em pedagogia e teologia. Foi professor primário e universitário, e é membro da Pastoral do Menor desde o seu início. Há mais de 10 anos é vigário episcopal do Povo da Rua e pároco da Igreja São Miguel Arcanjo, na Mooca, zona leste de São Paulo, onde realiza um trabalho com a população em situação de rua (PopRua).

Na sua apresentação, enfatizou a importância da *convivência*, no trabalho que realiza. Segue o depoimento:

- Eu não trabalho com a população de rua, eu convivo com a população de rua. Conviver é viver junto e enfrentar os desafios em conjunto. Durante esta pandemia, continuamos a convivência com a população de rua, que já era uma convivência de mais de 35 anos. Nesta pandemia tudo foi novo para nós, inclusive a forma de conviver. Em primeiro lugar, houve um aumento muito grande do número dessas pessoas. Tivemos que organizar a nossa convivência de outra maneira a partir do distanciamento, de ações de prevenção e higiene. Tivemos que mudar a forma como fazíamos a convivência e usamos uma série de atividades – de ações que eram instrumentos, meios, para o principal: conviver e “quebrar” a incomunicabilidade, entender como eles estavam vendo aquele momento, perceber as situações desafiadoras que estavam



SMUS

sendo vividas. Trabalhamos muito em aspectos de prevenção de saúde. A população de rua acaba repetindo, na sua maneira de ser, o que a sociedade toda vive. Também entre eles tem os que negam, tem os que relativizam, tem os que ficaram com medo, tem os que querem se cuidar, os que querem desafiar a situação.

Com o fechamento da cidade em função da pandemia, eles começaram a ficar muito visíveis. Eles, que eram invisíveis. De repente, com o fechamento, o que todo mundo via na cidade eram os moradores de rua. O trânsito diminuiu, o movimento diminuiu e todos os viram.

Isso gerou, em um primeiro momento, uma solidariedade grande porque, no início, todos acreditavam que a população de rua ia ser dizimada; todos iam morrer. Em que pese a subnotificação, o número de óbitos, na população de rua, não foi tão alto como se imaginava. O número de pessoas infectadas na rua também não foi tão alto como se imaginou, no começo.

Isso traz para os pesquisadores, especialmente da saúde, uma questão que ainda não se entendeu.

Tivemos uma participação muito grande dos Consultórios na Rua [<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/consultorio-na-rua-aumenta-atendimentos-durante-a-pandemia>] - FF], medindo temperatura, muito atentos a sintomas de tosse, estado gripal. Na rua, há muitos problemas de tuberculose; então, há problemas respiratórios. Muita gente foi encaminhada para atendimento médico. O que ajudou muito foram os consultórios de rua.

Governos municipais e estaduais foram muito lentos nas respostas à população de rua, e repetiram o mesmo método: aumento no número de vagas nos serviços de assistência social.

Nós pedimos e pressionamos muito para a utilização de unidades na rede hoteleira. Em São Paulo, só 120 dias depois do início da pandemia é que a prefeitura conseguiu 50 leitos na rede hoteleira, chegando a 150, para idosos. As mulheres não entraram. Então, tivemos que socorrer muitas mulheres com crianças, porque este é um grupo que aumentou muito na rua: os grupos familiares.

É muito interessante o imaginário deles sobre o coronavírus: que é um inimigo invisível. Eles estão acostumados com os inimigos visíveis; já esse era um inimigo invisível e de todos, e não só deles.

No início se imaginou que a população de rua seria um grande problema de saúde pública: eles seriam os grandes vetores da contaminação. Na verdade, isso não foi o que se detectou.

Uma questão que discutimos muito com os consultórios da rua foi a questão do sofrimento mental. Não é a questão de distúrbio mental, mas do sofrimento mental, principalmente no momento de maior fechamento da cidade. Integrantes da população em situação de rua foram os únicos que circularam pela rua. Demorou para que a Prefeitura colocasse, em algumas áreas da cidade, pias, chuveiros água potável, máquinas de lavar roupa [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/p



SMUS

articipacao_social/comissao_de_seguranca_hidrica/index.php?p=300891>; FF], mas tudo em número bastante insuficiente.

Grandes ações aconteceram na cidade de São Paulo, como a ação do Largo São Francisco, dos frades franciscanos [<https://franciscanos.org.br/noticias/franciscanos-ampliam-atendimento-a-populacao-de-rua.html#gsc.tab=0>]; FF], que se repetiu no largo da Carioca, no Rio de Janeiro. A nossa comunidade paroquial não parou de conviver com a população em nenhum momento. Nós tínhamos o café da manhã e, junto, a entrega de um *kit* de sobrevivência, de higiene.

Existem muitas questões que precisam ser pensadas. Com as máscaras, nós fizemos uma alfabetização do olhar, porque, com as máscaras, o que fica evidente são os olhos. Nós trabalhamos muito com o que chamamos de *pedagogia do olhar*. Eu sempre tive essa senha para conviver com a população de rua. A questão do olhar.

Em relação às questões das chamadas políticas públicas (eu não gosto muito deste termo), os governos estadual e municipal foram muito tímidos.

Tem um aspecto que eu gostaria de compartilhar: tem muita academia e pouca convivência. Tem muita gente que faz muita pesquisa e convive muito pouco com a população de rua. Vê o povo da rua como um objeto de pesquisa e não como uma pessoa com quem conviva. Por isso propus a você (remete a Fraya Frehse) aquela participação, com seus alunos, na Casa de Oração [<https://www.facebook.com/Casa-de-Oração-do-Povo-da-Rua-280595155379721/>]; FF], para ouvi-los diretamente. Nós não podemos idealizar a população de rua. Eles não são anjos nem demônios; eles são pessoas que sobrevivem na rua, no âmbito de um modelo neoliberal extremamente meritocrático e produtor de descarte. Nós vivemos em uma sociedade aporafóbica, que rechaça o pobre, e não só o pobre, mas aqueles que com eles convivem e se fazem pobres também.

Concluindo: Eu não sou pesquisador, mas acho que nas nossas pesquisas deveriam sempre dar um retorno para a população de rua, para que eles pudessem discutir essas pesquisas também. Vejam-se, por exemplo, os censos que foram feitos aqui São Paulo: eles (população de rua) são chamados quando convém, e quando não convém não são chamados. Eles passam a ser um número e deixam de ser pessoas. Os censos nunca refletem o que é a população de rua. E esses censos custam muito caro. Com esse dinheiro que vai para os censos, daria para fazer muita casa para a população de rua. Afinal, uma das questões é a da habitação, da moradia, que é uma questão fundamental junto com o trabalho, já que sem trabalho não há moradia e sem moradia não há trabalho.

Comentários de Fraya Frehse e Marcos Buckeridge:



Reagindo aos comentários do Padre Julio, Fraya Frehse salientou a importância de dois aspectos levantados no depoimento: a crítica à academia com “muita pesquisa e pouca convivência”, e a ausência de retorno dos resultados da pesquisa, para a população investigada.

Informou que, após o término do estágio, o grupo de pesquisadores pretende retornar aos locais do trabalho de campo para apresentar um vídeo produzido durante a pesquisa e realizar uma roda de conversa com as pessoas em situação de rua sobre os resultados da pesquisa.

Marcos Buckeridge, por sua vez, apresentou a perspectiva do Programa “USP Cidades Globais” sobre o tema, afirmando que a pretensão é justamente trabalhar nesse contato entre a academia e a sociedade. Diz ele: “Trata-se de um equilíbrio delicado em que é necessário aprender em conjunto. Temos que montar este tipo de interação em conjunto. Talvez a gente possa contribuir através do conhecimento científico. Eu diria que é um jogo de times. A gente quer jogar junto com vocês para dar o melhor para essa população. Faz parte desse processo as universidades criarem meios para que a academia não fique de costas para a sociedade. Precisamos achar esse meio e precisamos de ajuda para isso”.

Em seguida Frehse, coordenadora do projeto, apresentou como se deu o processo de formação do grupo de pesquisadores, e qual a sua proposta. A ideia foi montar um grupo interdisciplinar de estudantes de pós-graduação, que já contassem com um engajamento prévio com a questão da população de rua e pesquisas em andamento sobre o tema. O objetivo foi capacitar tais estudantes de formações distintas em métodos espaciais, à medida que eles iam colocando os novos conhecimentos em prática investigando, por meio de trabalho de campo etnográfico com a população em situação de rua de São Paulo, a seguinte questão: *Como tem sido o dia a dia de morar nas ruas da cidade durante a pandemia de Covid 19?* A proposta epistemológica de fundo é de que os estudantes que se engajaram no projeto se familiarizam com aquilo que a Frehse denomina “perspectiva etnográfica” (<<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50119>>; FF), que se propõe a sensibilizar o olhar do pesquisador, em todas as etapas da investigação, para a importância de buscar um “diálogo para valer” com os sujeitos que investiga por meio de um duplo procedimento epistemológico de natureza dialética: estranhar o que é familiar e familiarizar-se com o que é estranho.

Os estudantes têm ido a campo durante 10 horas semanais e produzindo relatos etnográficos, que são lidos e discutidos por todos os membros do grupo. Até a realização da sessão aqui em foco, foram elaborados 28 relatos de campo, baseados em observação participante e observação direta, e que serviram de base para as reflexões e apresentações que integram justamente a sessão.

A estratégia pedagógica utilizada para sensibilizar os estudantes a “estranhar” esse cotidiano nas ruas foi partir de quatro grandes temas, que têm como eixos as dimensões sociais



do espaço e do tempo, só que referidas ao antes e ao presente da pandemia: os *espaços presentes* se referem aos espaços do dia a dia do ponto de vista dessa população - da sua rotina cotidiana e do que escapa a ela (o não cotidiano); os *espaços passados* se referem ao que eram os espaços antes da pandemia. O mesmo raciocínio se fez em relação aos *tempos presentes* e *tempos passados*. Cada um desses quatro temas foi assumido por uma dupla de pesquisadores.

Seguiram-se a tais explicações as apresentações dos oito alunos participantes do estágio:

- *Ana Carolina Gil*, psicóloga doutoranda em psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com longa trajetória de pesquisas e intervenção nos Consultórios da Rua (<<https://www.escavador.com/sobre/277702530/ana-carolina-martins-gil>>; FF);

- *Ana Carolina Martins*, enfermeira pela UNIFESP e doutoranda em enfermagem pela mesma Universidade com trajetória de trabalho com presidiárias e mulheres em situação de rua (<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaa/anna-carolina-martins-silva>>; FF);

- *Caio Moraes Reis*, cientista social formado pela USP, mestre em Ciência Política e agora recém-doutorando em Sociologia na USP, com trajetória de pesquisa em Berlim e cujo projeto de doutorado tematiza a morte de pessoas em situação de rua (><https://gcsmus.org/people/caio-moraes-reis/>>; FF)

- *Ednan Santos*, doutorando em Ciências Humanas e Sociais da UFABC de Ciências Humanas e Sociais, fez o mestrado no mesmo curso e Universidade sobre a Cracolândia e a questão das drogas em São Paulo, em particular em relação à população em situação de rua, sendo que, no âmbito do estágio do GCSMUS está fazendo seu trabalho de campo na paróquia do Padre Julio (<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoae/ednan-silva-santos>>; FF);

- *Giovanna Bernardino*, estudante de doutorado da UFABC também em Ciências Humanas e Sociais com foco nas histórias de amor de quem vive nas ruas (<<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoag/giovanna-olinda-dos-santos-bernardino>>; FF);

- *Giulia Patitucci*, arquiteta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP que vem realizando mestrado na mesma instituição acerca da questão da locação social das e políticas de aluguel social, coordena a política para a população em situação de rua na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo (<<https://www.escavador.com/sobre/7981979/giulia-pereira-patitucci>>);

- *Paula Quintão*, arquiteta e mestre pela FAU-USP, trabalha há muitos anos como pesquisadora na área de população em situação de rua e fez o mestrado sobre o dilema de pensar projeto de arquitetura para quem mora nas ruas (<<https://www.escavador.com/sobre/4378386/paula-rochlitz-quintao>>);

- *Tales Fontana Cunha*, formado em Direito pela USP, com mestrado na FAU-USP acerca de políticas públicas para a população de rua, faz o doutorado na mesma instituição a



SMUS

respeito da financeirização da assistência social no Brasil (<https://www.escavador.com/sobre/378761137/tales-fontana-siqueira-cunha>; FF).

Exposição de Caio Moraes Reis e Paula Quintão sobre “Espaços presentes”:

Foram identificados cinco *espaços presentes*, em relação aos quais a dupla buscou perceber o que revelariam sobre a sociedade, durante a pandemia:

- *Espaço de barracas* – Foi percebido um aumento significativo de barracas no cenário urbano, localizadas principalmente nas regiões centrais. As barracas servem como lugar de moradia onde as pessoas passam as noites, sendo, por vezes, desmontadas durante o dia. Podem estar sozinhas ou agrupadas, abrigando pessoas sós, grupo de amigos e famílias. A instalação das barracas depende de características do local tais como relevo (buscando a população locais planos para dormir), sombras e coberturas (para a proteção do sol e da chuva) e árvores (que servem como varais para secar roupa). Se as barracas servem como proteção para as intempéries, são também proteção contra vários tipos de violência: furtos ou agressões principalmente para mulheres e crianças;
- *Espaços de contaminação* – Foram identificados alguns espaços, na rua, em que as pessoas vivenciam uma grande negação da pandemia, não desenvolvendo comportamentos de prevenção. No diálogo com os alunos-pesquisadores, essas pessoas revelaram sua descrença em relação à pandemia e à própria efetividade das medidas de seu enfrentamento;
- *Espaços de intervenção do poder público* – Houve várias intervenções especialmente por parte da Prefeitura, que tiveram por objetivo ajudar a evitar a contaminação. Equipamentos urbanos específicos (bebedouros, pias, banheiro, máquinas de lavar) possibilitam certo conforto, na medida em que facilitam alguns cuidados de higiene. Tais estruturas têm sido aprovadas pelos usuários, e muitos pedem para que elas sejam permanentes. Cabe dizer que o número de equipamentos é muito menor do que o desejado, tendo em vista o número de pessoas que vivem nas ruas da cidade;
- *Espaços de doações* – Com a pandemia, houve uma diminuição de pessoas transitando pelas ruas, o próprio comércio ficou, em boa parte, fechado, e isso mudou bastante a dinâmica de acesso da população em situação de rua a alimentos e outros recursos de sobrevivência. Ao mesmo tempo, a dinâmica de doações sofreu uma mudança não só por sua concentração em determinados espaços, mas pela periodicidade da distribuição, em particular nos distritos da Sé e da Mooca;
- *Espaços de cuidado* - Os relatos indicaram que algumas pessoas em situação de rua identificaram uma melhora das condições de vida no período da pandemia, principalmente em relação a alimentação e higiene. Referindo-se a mudanças ocorridas durante a pandemia, uma pessoa da rua disse aos alunos-pesquisadores: “Percebo é que



SMUS

tá melhor. As pessoa vêm sempre cuidar de nós. Dão comida, roupa, coberta, dinheiro. E é que nem o Russomano falou: ‘Nenhum morador de rua pegou coronavírus’. E não pegou mesmo!”

A dupla de expositores concluiu que, em um contexto em que poder público, organizações de assistência social e pessoas solidarizadas se veem compelidas a atuar para cumprir certas medidas sanitárias. Assim, algumas necessidades dessa população que mora nas ruas acabam por ser atendidas, ainda que parcialmente.

Exposição de Giovanna Bernardino e Giulia Patitucci sobre “Espaços passados”:

A dupla considerou que a experiência etnográfica de campo permitiu observar certas regularidades e padrões úteis para pensar formas de melhorar o dia a dia das pessoas em situação de rua. As informações permitiram também qualificar os dados mais quantitativos encontrados no Censo da População em Situação de Rua [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626]; FF].

Com relação aos *espaços passados*, foram observadas, nos relatos produzidos com base em observação participante da população em situação de rua, referências constantes a diversos passados. Foi feita então uma diferenciação entre o *passado pré-Covid* (antes da situação de emergência) e o *passado pré-rua* (de rememoração de um tempo anterior ao vínculo de cada colaborador da pesquisa com a rede social vigente na rua):

- *Espaços passados pré-Covid* - Parece que muitas famílias e pessoas já viviam em situação de insegurança e vulnerabilidade, e a crise econômica as afetou diretamente, fazendo-as buscar a rua, na falta de outra opção. Foram identificados quatro *espaços* de referência nesse contexto:

- *Habitações alugadas* em São Paulo com base em contratos informais: isto é, casas, barracos de favela, cortiços, pensões, locais de moradia de pessoas e famílias que já estavam em situação vulnerável em termos habitacionais, e que, em função do desemprego, foram parar nas ruas;
- *Casas convencionais* em São Paulo e em outras cidades do interior: moradias de pessoas que tinham casa e, por conta da crise econômica e consequente desemprego, vieram para São Paulo em busca de oportunidades. Não conseguiram emprego na capital e acabaram na rua. Os alunos-pesquisadores também colheram relatos de pessoas que foram para rua não necessariamente por conta da pandemia, mas em função de conflitos familiares recentes, problemas de saúde mental, de LGBTfobia. Em algumas situações, essas pessoas optaram por ir para a rua. Em um dos relatos, uma pessoa afirmou que a rua foi a solução para curá-la da depressão;



SMUS

- *Centros de acolhida* da Prefeitura: moradias de pessoas que, depois, foram para rua e fizeram, para os alunos-pesquisadores, uma avaliação negativa desses mesmos locais. Destacaram a existência de regras em demasia e o fato de tais espaços serem compartilhados por pessoas demais, no momento de pandemia. Os alunos ressaltaram ter constatado casos de pessoas que foram atraídas para rua por conta da oferta de barracas e serviços;
 - *Rua como espaço de moradia de pessoas já pré-Covid*: rua com menor oferta de serviços, sem nenhum banheiro público, sem bebedouro, com relativamente menor número de doações. Os relatos dão conta de que as pessoas sentiram tais mudanças;
- *Espaços passados pré-rua*: Os espaços vividos antes de ir para a rua são extremamente diversos, mas foi possível apreender algumas regularidades e padrões sobre as trajetórias espaciais das pessoas que o fizeram. Os espaços identificados foram:
- *Outras cidades e estados*: geralmente berços de homens sós que vieram de outros estados para São Paulo em busca de uma vida melhor e que, aqui chegando, não encontraram as oportunidades que queriam e entraram no “circuito institucional” da rua. Alguns foram para centros de acolhida, não se adaptaram e acabaram indo para a rua;
 - *Sistema carcerário e Fundação Casa*: geralmente espaços de moradia de pessoas que passaram muito tempo nessas instituições e que, quando saíram, enfrentaram inúmeras dificuldades e acabaram ficando na rua;
 - *Abrigos para crianças e adolescentes*: moradias de pessoas que cresceram em abrigos da Prefeitura e que, quando atingiram 18 anos, foram ou para os centros de acolhida e não se adaptaram, ou diretamente para a rua;
 - *Comunidades terapêuticas*: previamente habitadas por pessoas que, quando saíram, viveram situação similar aquela dos que passaram pelo sistema carcerário, com dificuldades análogas;
 - *Ocupação coletivas, cortiços e pensões*: vivenciadas por famílias submetidas a constantes ameaças de reintegração de posse e que, justamente em função da consumação da reintegração, foram para as ruas – conforme indicam quatro relatos de campo;
 - *Casa convencional*: habitada por pessoas que tiveram conflitos familiares de ordem diversa como uso de drogas, questões religiosas e de gênero ligadas à identidade sexual, e que por tais motivos passaram a morar na rua. Há também relatos de meninas que foram para a rua por sofrerem abuso em casa. A



rua, nesses casos, aparece como uma solução, possibilidade de liberdade para se ser quem se é.

Em relação aos espaços passados pré-rua, os relatos confirmam a complexidade dos casos, mas iluminam as diversas problemáticas sociais presentes, como questões ligadas à estrutura da economia, as questões de gênero e da moralidade, do machismo, das estruturas patriarcais. O material exposto pelos alunos-pesquisadores evidencia que as pessoas não estão excluídas da sociedade, mas incluídas de forma perversa, para usar a referência de José de Souza Martins [em *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*, São Paulo: Paulus, 1997; FF].

A dupla de estudantes finalizou a exposição levantando duas questões para reflexão:

- 1) Como pensar soluções para vulnerabilidades sobrepostas?
- 2) Os serviços emergenciais instalados durante a pandemia (equipamentos de infraestrutura de higiene, a intensificação das doações e o atendimento de equipes de saúde na rua) teriam tornado o cotidiano dessas pessoas menos penoso em relação ao período pré-Covid? Seriam, portanto, os serviços emergenciais medidas a serem renovadas no longo prazo?

Exposição de Ana Gil e Tales Cunha sobre “Tempos presentes”:

A dupla resgatou como se desenvolve durante a pandemia a rotina das pessoas que moram nas ruas e o que elas considerariam como positivo e negativo, nesse cotidiano.

Em relação à rotina, foram enumerados nove pontos que procuram caracterizar as ações do dia a dia das pessoas observadas:

- 1) Acordar: Algumas pessoas acordam muito cedo, por volta das 5 da manhã, outras até as 9-10 horas;
- 2) Primeira atividade do dia: Obter o café da manhã, tomar banho (o que ocorre principalmente nos equipamentos emergenciais), desmontar a barraca para evitar que ela seja recolhida pela zeladoria urbana, popularmente conhecida como o chamado Rapa;
- 3) Refeições: São reguladas pelos horários dos equipamentos públicos que organizam a rotina da rua;
- 4) Desemprego (“manguear”): O excesso de tempo livre muitas vezes está relacionado ao desemprego. As pessoas reclamam que não têm emprego, passam muito tempo “mangueando” [ou seja, pedindo esmolas; FF], e relatam muitas dificuldades também com os chamados bicos;
- 5) Tempo de cuidados: Aparece principalmente no relato de mulheres, com cuidados dispensados às crianças, animais e parceiros;
- 6) Tempo nas filas e tempo de esperas: É recorrente que as pessoas percam horas em filas, esperando para ter acesso a banho, a comida, a um serviço de acolhimento;



SMUS

- 7) Tempo das chuvas: Principalmente no atual período, as pessoas têm que se recolher e esperar a chuva passar;
- 8) Tempo de socialização: Muitas vezes ele se relaciona ao consumo de álcool;
- 9) Hora de dormir (noite e madrugada): Algumas pessoas fazem uso do celular compartilhando-o com parceiros.

Há muitas queixas, nos relatos de campo, referentes aos “atrasaladores” ou “ratos”, pessoas que moram nas ruas e roubam outros moradores. Os estudantes ressaltam que outra queixa diz respeito às barracas e à necessidade de desmontá-las, para evitar que sejam retiradas pelo Rapa. Há uma reclamação muito forte quanto a isso, que ameaçaria principalmente regiões da cidade tais como o Pátio do Colégio. Há referências também ao consumo abusivo de substâncias narcóticas por parte de algumas pessoas, o que provoca sofrimento e violência, inclusive contando com o envolvimento de “parceiros da rua”. Em relação aos centros de acolhida, são várias as insatisfações, sendo as principais o fato de serem muito lotados, contarem com banheiros sujos e seus funcionários protagonizarem maus tratos. Há reclamações também em relação ao sabor da comida.

Em relação aos problemas existentes na rua durante a pandemia, o primeiro aspecto que aparece nos relatos de campo, segundo os estudantes-pesquisadores, é a falta de emprego. Muitas pessoas perderam acesso às fontes de renda que a rua pré-pandemia propiciava. Um segundo ponto se refere à situação de poucas doações, nos primeiros meses de pandemia, quando as ruas ficaram muito vazias. Foi também apontada, como problema, a dificuldade de acesso ao Auxílio Emergencial (<<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>), que previa cadastramento por meio de aplicativo, sendo necessário, para isso, dispor de celular e internet. Muitas pessoas precisaram do auxílio de voluntários para se cadastrar. Outra questão foi a diminuição do valor do Auxílio, ocorrida em outubro de 2020. Foi também apontada nos relatos a ausência de lazer nas ruas, que estavam vazias e sem atividade.

Quanto às mães que moram nas ruas, os alunos-pesquisadores deram destaque ao fechamento das creches, o que teria repercutido diretamente no seu cotidiano, uma vez que elas não tinham com quem deixar os filhos.

Muitos relatos mostrariam ainda a questão do preconceito: as pessoas em situação de rua se sentem invisibilizadas e maltratadas.

Já em relação ao que seria positivo na rua, no tempo da pandemia, alguns colaboradores disseram aos alunos-pesquisadores que “nada mudou e até melhorou”, referindo-se principalmente às doações. Sobre a imunidade em relação à Covid-19, muitos afirmaram que “a população de rua não pega Covid”, ou que “Quem toma corote [cachaça de baixo custo, muito comum nas ruas da cidade – FF] não pega Covid-19”.



Foram levantados pelos colaboradores como pontos positivos o acesso ao Auxílio Emergencial e os almoços cedidos nos espaços de doação. As crianças também apontaram aos alunos-pesquisadores as doações como ponto positivo, nesse momento.

Finalizando sua exposição, a dupla afirmou que se nota nos relatos algumas referências a descontinuidades entre um tempo passado e um tempo presente, mas que é possível perceber principalmente muitas continuidades. A Covid-19 não aparece como referência forte nos relatos, e há quem fale de uma suposta imunidade da população de rua em relação ao vírus.

Exposição de Anna Martins e Ednan Santos sobre “Tempos passados”:

A pergunta norteadora da dupla foi: Quais as inflexões que a saúde e o trabalho da população em situação de rua têm tido durante a pandemia de Covid 19?

No que se refere à saúde, os relatos apontaram, segundo os alunos-pesquisadores, para dificuldades de acesso à água, inclusive água potável e produtos e equipamentos de higiene. Em relação ao uso de serviços de saúde, foram identificadas dificuldades no atendimento e acompanhamento especialmente de doenças crônicas como a diabetes, o que provoca agravamentos e complicações. Mas nos relatos houve quem apontasse a relevância do trabalho das equipes de saúde da família e do Consultório na Rua.

A dupla abordou também a questão dos vínculos e relações familiares, na história das pessoas que têm morado nas ruas paulistanas durante a pandemia. Algumas tiveram que trabalhar nas ruas desde a infância para auxiliar a família, ou assumir o papel de cuidadores tanto de outras crianças como dos espaços da moradia. Ainda em relação aos vínculos familiares, alguns relatos mencionam, segundo os expositores, a importância dos vínculos afetivos atuais na rua, que não implicam laços de consanguinidade.

Outro aspecto contemplado nos relatos é a questão do emprego e desemprego durante a pandemia: como teria sido antes, o que teria mudado, e quais as alternativas construídas pelas pessoas.

Segundo os expositores, o trabalho na rua é marcado pelo trabalho precarizado e informal, incluindo várias atividades tais como malabarismo, a guarda de carros, a montagem de estruturas para shows e eventos. Muitos representantes dessa população trabalham nos bairros centrais da Mooca e do Brás com a carga e descarga de caminhões - que é trabalho informal e mal pago, com ganho diário aproximado de 15 reais, afora a marmita. Só quem estaria muito necessitado o realizaria. Com a chegada da pandemia, todas essas oportunidades de trabalho foram suspensas. Os colaboradores da pesquisa dizem: “Eu gostaria de trabalhar, mas as portas estão fechadas”. Nesse cenário, as pessoas teriam, segundo os expositores, começado a buscar alternativas para se sustentar: uma delas teria sido o aluguel de bicicletas para a entrega de comida por aplicativos. Há quem chegue a trabalhar 12 horas sem parar, para comer.



SMUS

Cabe ressaltar que essas pessoas são ainda muito mal remuneradas, a ponto de não conseguirem acesso a moradia.

Comentários da debatedora e relatora Maria Antonieta da Costa Vieira sobre as exposições:

Os comentários sobre as apresentações foram precedidos por uma contextualização das pesquisas sobre a população de rua em São Paulo desde a década de 1990. Assim, foi possível identificar o projeto de pesquisa ora em andamento pelo GCSMUS como importante, por trazer para o âmbito da Universidade uma temática que se torna cada vez mais uma questão social e urbana, especialmente nos grandes centros.

Para quem, como esta relatora, acompanha há 30 anos os estudos e a atuação profissional junto à população de rua, é inegável o quanto se avançou. No início da década de 1990, no governo municipal de Luiza Erundina em São Paulo, a repressão era o principal instrumento de atuação do poder público junto à população de rua, somada ao atendimento assistencialista de entidades religiosas. A população de rua estava também excluída da Universidade, não se constituindo em tema de estudo, salvo as honrosas exceções do trabalho de Marie-Ghislaine [Stoeffels *Os Mendigos de São Paulo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FF] e Delma Pessanha [“Mendigo: o trabalhador que não deu certo”, *Revista Ciência Hoje*, 3, 1983, pp. 15-27; FF]. Não se conhecia também quantas eram as pessoas que viviam na rua, e as estimativas falavam em 100 mil pessoas.

A maneira como se desenvolveram a pesquisa e a intervenção do poder público junto à PopRua naquele momento construiu uma forma de abordagem, seja na pesquisa seja na intervenção, que foi se desdobrando no decorrer do tempo.

É possível destacar alguns pontos/princípios que orientaram os estudos e a intervenção já na década de 1990 em São Paulo. E isso principalmente porque eles parecem estar em sintonia com a proposta do projeto do GCSMUS: ou seja, implementar um espaço de trocas metodológicas cruzadas entre teoria/empíria, vivência/intervenção, conhecimento/prática.

A elaboração de uma proposta de intervenção junto à população de rua desenvolvida no governo Luiza Erundina era coordenada pela Secretaria Municipal da Assistência, especialmente na região da Praça da Sé, onde se concentrava grande parte da população de rua. Já naquele momento, a perspectiva de atuação e a de pesquisa era realizar um trabalho intersecretarial e interdisciplinar, de que participassem as secretarias de Saúde, Habitação, Subprefeituras, somando abordagens diferentes.

Além disso, a proposta foi incorporar na discussão também a Universidade e as organizações sociais que trabalhavam diretamente com a população de rua, incluindo os próprios



SMUS

sujeitos, na medida do possível. O Padre Julio participou desse processo, sendo um grande parceiro. A partir dessa experiência se constituiu um modo de trabalhar em que a pesquisa entrava como um elemento importante e em que essa troca de olhares era fundamental [cf. de Costa Vieira, Maria Antonieta et alii (orgs.). *População de Rua: Quem é, como vive, como é vista*, São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo, 1992; FF].

Naquele momento a realização de uma pesquisa que incluiu um levantamento censitário, com a participação de vários agentes, deu referência a e dinamizou o processo de discussão e elaboração de um início de política pública. Isso redundou na proposta de uma lei de atenção à população de rua, que incluía a obrigatoriedade de realização de censos periódicos como instrumentos importantes para a elaboração de políticas públicas (Lei Municipal 12.316/1997).

No plano da pesquisa, é importante considerar a complementaridade de olhares. Uma pesquisa como um censo fornece a dimensão quantitativa do problema, identificando se tenho 5 mil pessoas vivendo na rua ou 50 mil. Isso altera em muito a elaboração da política pública. Mas esse dado em si não fornece todos os elementos. Certos aspectos só vão ser entendidos a partir da pesquisa qualitativa. Esta complementação é fundamental.

Em relação às pesquisas apresentadas no Seminário UrbanSus, o primeiro ponto a ser destacado refere-se de à importância de se tomar a Covid-19 como um instrumento de análise. Com a questão da pandemia, há uma mudança na dinâmica das relações sociais. Mas, mais do que entender o que acontece no contexto de Covid, parece ser possível trazer à tona e dar visibilidade ao que é a rua. Do ponto de vista dos serviços, por exemplo, aparece o que é necessário não apenas na situação de emergência, mas o que é uma exigência para o atendimento da população desde antes da pandemia. Será que o emergencial não devia se transformar em permanente? Vive-se um momento importante não da discussão sobre a Covid em si, mas do que existe por trás.

Os relatos de campo mostram que há uma dinâmica e uma vida muito forte na rua. A ideia de que a rua se compõe de um conjunto de excluídos que estão fora da sociedade cai por terra. O próprio uso do espaço por parte das pessoas em situação de rua é muito ágil, rearranjando-se de maneira rápida, em função das circunstâncias. A questão das barracas, por exemplo, usadas como uma forma de proteção: há muito o que se investigar sobre isso. Uma questão que se coloca aí é: O que é moradia para essas pessoas, que tipo de moradia querem? Será que essas pessoas querem moradia?

Um outro tema é o entendimento da rua como libertação de relações de opressão, ou como escolha. No caso de pessoas que deixam a família, por exemplo. A ida para rua pode significar a tentativa de sair de uma relação de opressão, e essa pode ter sido a solução encontrada. Não se trata, portanto, de uma liberdade romântica, mas de uma escolha que se faz dentro um universo de possibilidades limitado e restrito.



Em relação à moradia, é preciso perguntar que tipo de moradia é adequada para essas pessoas. E, para isso, é necessário escutá-las, sendo a pesquisa qualitativa um importante instrumento passível de contribuir nesse processo.

Em relação ao projeto da pesquisa apresentada, acredito que os eixos escolhidos são orientadores para se pensar a dinâmica do espaço e do tempo na rua. No entanto, em vários momentos fica difícil ter claro qual a dimensão que está sendo considerada, porque elas se sobrepõem. Em relação ao tempo, não consegui identificar claramente as mudanças havidas na rotina em função da pandemia. De qualquer forma, esse é um aspecto que precisa ser mais explorado.

Comentários outros:

O Padre Julio fez algumas perguntas e observações em relação às apresentações dos alunos-pesquisadores enumeradas a seguir:

Que pessoas foram pesquisadas? Elas estão em que regiões da cidade? Há diferenças entre moradores de rua das várias regiões da cidade. Há quanto tempo eles estão em situação de rua? Quantas pessoas foram ouvidas? A convivência foi de quanto tempo?

O Padre afirmou que é necessário conhecer melhor as pessoas que ela (a população de rua) é, seus sentimentos e pensamentos. É muito importante que o pesquisador que habita esse universo procure ler com eles tal universo. O olhar deles é diferente do nosso. Eles olham a cidade de outro jeito.

Respondendo às observações, Fraya Frehse lembrou que a técnica de observação participante, base da etnografia, não prevê contabilizar os entrevistados, o que não impede que os pesquisadores possam dar referências sobre quem entrevistaram, e em que regiões da cidade. Lembrou também que o trabalho começou há apenas um mês.

Outro aspecto ressaltado foi a questão de a pandemia ser menos importante por ela mesma, e mais pelo que ela revela. É um momento especial em que tudo fica mais visível, inclusive a própria situação da população de rua.

Ignacio Castillo Ulloa também fez algumas considerações. A primeira se refere ao fato de ser inerente à investigação realizar um exercício pontual no tempo e no espaço, mas que, ao realizá-lo, estamos descobrindo novas linhas de investigação que exigem repensar constantemente o conhecimento produzido. A outra se refere ao desafio de tratarmos o fenômeno da população de rua como um eixo que atravessa quase todas as sociedades do planeta atualmente, atingindo sociedades tão diferentes como as cidades de Berlim e São Paulo.

Os alunos-expositores fizeram alguns comentários que são enumerados a seguir:

- Ressaltaram que as mães de rua foram muito afetadas durante a pandemia, principalmente pela ausência de serviços, o fechamento das creches e diminuição do valor recebido do auxílio emergencial;



SMUS

- Comentaram sobre a necessidade de que a instalação de serviços de infraestrutura para a população de rua na cidade obedeça a critérios de necessidade dessa população tais como, por exemplo, pontos de concentração de pessoas, e que o projeto arquitetônico desses equipamentos deve compor o cenário urbano, não se restringindo a soluções improvisadas e precárias;

Frehse, por sua vez, concluiu dizendo que a ideia do Seminário UrbanSus foi evidenciar lugares: o lugar da ciência, com todos os problemas; o lugar de quem vive na rua; o lugar de quem convive com essa população dia a dia, em sua prática profissional; os desafios dessa ponte entre ciência e prática; e o papel possível que a produção de conhecimento, ancorada em metodologia, pode ter para favorecer essa ponte. Frehse ainda se referiu ao vídeo que realizou nesse período com a participação de dois alunos: “A Rua de Máscara” (São Paulo, 5 de novembro de 2020)”.

Marcos Buckeridge finalizou a sessão afirmando que foi cumprido um primeiro passo para começar a entender o processo, no Programa “Cidades Globais” do IEA. Ressaltou a importância de que dados quantitativos disponíveis sejam utilizados como instrumentos para definir ações. Chamou a atenção para os inúmeros temas importantes que foram abordados, alguns polêmicos – tais como a questão da instalação de serviços de infraestrutura na cidade para a população de rua, e a afirmação de que a rua significaria liberdade para os que aí vivem.

Por último, retomou a questão que já vinha sido abordada nas sessões anteriores e referente à complexidade do fenômeno, que está presente tanto no processo de sua compreensão como na intervenção sobre ele. A complexidade exige uma abordagem transdisciplinar, quando o problema surge na sociedade e os cientistas de diferentes áreas se mobilizam para enfrentá-la. Trata-se de um processo desafiador, em que se buscam encontrar meios que possam contribuir para melhorar a sociedade, papel principal da ciência.